



TRE-AC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2023

Apresentação

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, com a competência que lhe é atribuída pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal e pelos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/7/1965 (Código Eleitoral), é um órgão do segmento especializado Justiça Eleitoral, componente do Poder Judiciário da União, com sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224, Bairro Portal da Amazônia – Rio Branco/AC.

Tem por missão garantir a legitimidade do processo eleitoral, adotando como visão de futuro ser reconhecido, pela sociedade acreana, como uma justiça ágil na garantia dos direitos e no fortalecimento da democracia por meio de um processo eleitoral efetivo, seguro e transparente.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

O TRE/AC possui jurisdição em todo o Estado do Acre, e se divide em 9 zonas eleitorais. Na capital existe um fórum eleitoral onde funcionam os cartórios das 1ª e 9ª zonas, a sede das outras sete estão distribuídas da seguinte forma: 2ª Xapuri, 3ª Sena Madureira, 4ª Cruzeiro do Sul, 5ª Tarauacá, 6ª Brasília, 7ª Feijó e 8ª Senador Guimard. Nos demais municípios, que não possuem Cartório Eleitoral, existe um Posto de Atendimento ao Eleitor.

Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nº 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 070002 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Considerando as premissas dos normativos vigentes e do modelo do PCASP, a seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no Tribunal Regional Eleitoral do Acre:

a. Moeda funcional

A moeda funcional do Tribunal Regional Eleitoral do Acre é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330, de 18 de março de 2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069, de 29 de junho 1995. Não há saldos registrados em moeda estrangeira.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São os valores em caixa (“conta única”), representada pelas contas de Limite e Saque com Vinculação de Pagamento, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, cuja contrapartida é uma conta de resultado.

c. Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, mensurados pelo valor original, relacionados, principalmente, a: (i) valores de adiantamento referentes à folha de pagamento, (ii) à concessão de Suprimento de Fundos e (iii) créditos a receber por devolução de despesas.

d. Estoques

Compreendem o saldo dos materiais em almoxarifado. Na entrada os bens são avaliados pelo valor de aquisição e na saída pelo custo médio ponderado, conforme determinação do art. 106 da Lei nº 4.320/1964 e NBC TSP 04/2016.

e. Despesas pagas antecipadamente

Representa o pagamento de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, os quais são registrados observando a competência e oportunidade, por seu valor original.

f. Imobilizado

O Ativo Imobilizado do Tribunal é contabilizado de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Os bens classificados como ativo imobilizado são os móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Eles são inicialmente mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão

sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens recebidos em doação (em regra, encaminhados por outros TRES ou pelo TSE) são registrados pelos valores brutos contabilizados pelo doador, sendo a depreciação acumulada também levada ao imobilizado, em contrapartida, respectivamente, à receita e despesa do exercício.

Bens Móveis: Os bens móveis do ativo imobilizado são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores são contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo da depreciação é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, registrados como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

Bens Imóveis: Os bens imóveis têm o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita apenas do custo efetivo da construção, utilizando-se também de outros parâmetros de avaliação e análise de preço. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SPIUnet mediante o preenchimento de informações pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

- a. Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
- b. Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

g. Depreciação, amortização ou exaustão:

Este Tribunal aplica as disposições contidas nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e NBT TSP 08 – Ativo Intangível.

As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI).

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada é a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear.

A vida útil econômica e o valor residual utilizados para os bens são os constantes da tabela do Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30 (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem) com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na tabela da Macrofunção SIAFI, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral, possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral.

A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

h. Passivo

São as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. No Tribunal, as suas maiores obrigações são as trabalhistas, previdenciárias e com fornecedores.

i. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Tanto VPA quanto VPD seguem o regime de competência, a primeira é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos fluirão e a segunda quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativo e aumento de passivo. A apuração do resultado ocorre pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado é transferido para a conta de superávit/déficit do exercício.

j. Ativo Contingente

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

k. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do TRE-AC segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, o resultado orçamentário constitui a diferença entre receitas realizadas e despesas empenhadas e é apresentado no Balanço Orçamentário.

l. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, e é apresentado no Balanço Financeiro.

Declaração do contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) A falta de registro do inventário dos bens móveis e intangíveis pode resultar numa escrituração de bens diversa da realidade, potencialmente distorcendo as informações quanto ao que está registrado e o que foi ou não encontrado na verificação física dos bens deste Tribunal. Assim, não tendo sido feitas as contabilizações relativas ao inventário de 2023, especificamente quanto aos bens não encontrados no total de R\$ 413.525,40, foi indicada restrição quanto aos bens móveis.
- b) A Auditoria Interna deste Tribunal apontou como achado urnas eletrônicas modelo 2022 que não tiveram a depreciação registrada. Não obstante posteriormente a contabilização ter sido realizada, o cálculo de apuração não foi processada através do sistema ASIWeb (responsável pelo registro dos bens para fins gerenciais), desta forma, mesmo sanada a falta do registro contábil, permanece a restrição em virtude da divergência de valor entre o sistema contábil (SIAFI) e o extra-contábil (ASIWeb).

Rio Branco-AC, 05 de março de 2023.

Igor Chaves de Medeiros
CRC nº 001582/O-6
Contador Responsável

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Quadro principal

R\$ 1,00							
ATIVO	NE	2023	2022	PASSIVO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		1.236.412,78	1.204.689,01	PASSIVO CIRCULANTE		1.654.546,88	1.586.981,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	669.039,96	569.938,37	Obrig. Trab., Prev. e Ass.. a Pag. a Curto Prazo	09	623.441,09	1.342.877,45
Créditos a Curto Prazo		182.329,95	226.750,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	50.020,26	37.359,70
Demais Créditos e Valores	02	182.329,95	226.750,97	Demais Obrigações a Curto Prazo	11	981.085,53	206.744,78
Estoques	03	373.224,42	396.492,60				
VPDs Pagas Antecipadamente	04	11.818,45	11.507,07				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		100.214.136,45	87.855.723,86	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado	05	98.797.596,46	87.522.675,91				
Bens Móveis	06	26.195.161,01	16.227.524,95	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.796.002,35	87.473.430,94
Bens Móveis		38.875.260,67	27.495.818,45	Demais Reservas		1.491.952,54	-
(-) Deprec./Amort./Acum. de Bens Móveis		-12.680.099,66	-11.268.293,50	Resultados Acumulados		98.304.049,81	87.473.430,94
Bens Imóveis	07	72.602.435,45	71.295.150,96	Resultado do Exercício		11.115.940,08	11.666.955,07
Bens Imóveis		72.691.696,12	71.333.874,12	Resultados de Exercícios Anteriores		87.473.430,94	76.251.949,60
(-) Depr./Amort./Acum. de Bens Imóveis		-89.260,67	-38.723,16	Ajustes de Exercícios Anteriores	12	-285.321,21	-445.473,73
Intangível	08	1.416.539,99	333.047,95				
Softwares		1.416.539,99	333.047,95				
Softwares		1.712.878,65	582.795,95				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-296.338,66	-249.748,00				
TOTAL DO ATIVO		101.450.549,23	89.060.412,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.450.549,23	89.060.412,87

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	669.039,96	569.938,37	PASSIVO FINANCEIRO	6.935.177,98	5.117.130,21
ATIVO PERMANENTE	100.781.509,27	88.490.474,50	PASSIVO PERMANENTE	644.983,88	1.340.867,26
			SALDO PATRIMONIAL	93.870.387,37	82.602.415,40

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2023	2022	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	441.646,77	185.211,60	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14.904.000,48	9.590.495,22
Atos Potenciais Ativos	441.646,77	185.211,60	Atos Potenciais Passivos	14.904.000,48	9.590.495,22
Garantias e Contragarantias Recebidas	441.646,77	185.211,60	Obrigações Contratuais	14.904.000,48	9.589.695,22
TOTAL	441.646,77	185.211,60	TOTAL	14.904.000,48	9.590.495,22

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPRAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.277.252,43
Recursos Vinculados	11.114,41
Previdência Social (RPPS)	0,01
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	11.114,40
TOTAL	-6.266.138,02

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		74.865.561,41	79.986.853,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		30.331,88	2.686,20
Juros e Encargos de Mora		30.331,88	2.686,20
Transferências e Delegações Recebidas		64.409.046,89	72.389.554,87
Transferências Intragovernamentais	13	63.572.535,28	71.759.378,23
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14	836.511,61	630.176,64
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		10.067.341,72	7.220.381,42
Reavaliação de Ativos		-	2.260.193,54
Ganhos com Incorporação de Ativos		10.061.377,92	4.960.187,88
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.963,80	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15	358.840,92	374.230,82
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		358.840,92	374.230,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		63.749.621,33	68.319.898,24
Pessoal e Encargos	16	41.175.368,80	43.023.625,26
Remuneração a Pessoal		31.941.265,99	32.953.506,18
Encargos Patronais		5.424.142,99	5.001.645,29
Benefícios a Pessoal		2.167.910,71	1.778.600,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.642.049,11	3.289.873,70
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		9.351.905,86	8.141.776,77
Aposentadorias e Reformas		4.900.226,07	4.424.532,67
Pensões		1.514.011,92	1.345.593,60
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.937.667,87	2.371.650,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17	10.860.829,76	15.286.413,08
Uso de Material de Consumo		520.438,82	1.725.561,59
Serviços		7.581.910,21	11.907.896,30
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.758.480,73	1.652.955,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		795,81	73,27
Juros e Encargos de Mora		795,81	73,27
Transferências e Delegações Concedidas	18	1.618.602,37	486.434,94
Transferências Intragovernamentais		433.659,17	375.697,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.184.943,20	110.737,55
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19	618.338,76	1.287.622,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		435.239,25	-
Desincorporação de Ativos		183.099,51	1.287.622,50
Tributárias		46.170,52	46.122,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.685,99	10.677,27
Contribuições		34.484,53	35.445,27
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		77.609,45	47.829,88
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		77.609,45	47.829,88
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20	11.115.940,08	11.666.955,07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

R\$ 1,00

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
DEFICIT		21			65.896.111,21	65.896.111,21	
TOTAL			-	-	65.896.111,21	65.896.111,21	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			-	7.997.072,00	-	-7.997.072,00	
Créditos Cancelados			-	7.997.072,00	-	-	
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		59.570.893,00	64.907.965,00	60.060.185,97	57.406.555,31	56.697.469,90	4.847.779,03
Pessoal e Encargos Sociais		42.628.325,00	46.491.103,00	45.777.140,12	44.578.915,20	44.022.841,75	713.962,88
Outras Despesas Correntes		16.942.568,00	18.416.862,00	14.283.045,85	12.827.640,11	12.674.628,15	4.133.816,15
DESPESAS DE CAPITAL		2.500.322,00	5.160.322,00	5.835.925,24	2.608.936,65	2.570.236,65	-675.603,24
Investimentos		2.500.322,00	5.160.322,00	5.835.925,24	2.608.936,65	2.570.236,65	-675.603,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS		62.071.215,00	70.068.287,00	65.896.111,21	60.015.491,96	59.267.706,55	4.172.175,79
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		62.071.215,00	70.068.287,00	65.896.111,21	60.015.491,96	59.267.706,55	4.172.175,79
TOTAL	22	62.071.215,00	70.068.287,00	65.896.111,21	60.015.491,96	59.267.706,55	4.172.175,79

ANEXO 1 -DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	248.685,87	2.396.366,08	1.957.659,52	1.949.605,47	642.396,70	53.049,78
Pessoal e Encargos Sociais	229.566,06	1.941.901,62	1.618.071,25	1.618.071,25	508.400,70	44.995,73
Outras Despesas Correntes	19.119,81	454.464,46	339.588,27	331.534,22	133.996,00	8.054,05
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.241.042,44	2.239.543,44	2.046.986,24	1.499,00	192.557,20
Investimentos	-	2.241.042,44	2.239.543,44	2.046.986,24	1.499,00	192.557,20
TOTAL	248.685,87	4.637.408,52	4.197.202,96	3.996.591,71	643.895,70	245.606,98

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.402,61	189.339,31	162.583,29	5.963,80	33.194,83
Pessoal e Encargos Sociais	6.071,01	19.819,38	25.890,39	-	-
Outras Despesas Correntes	6.331,60	169.519,93	136.692,90	5.963,80	33.194,83
DESPESAS DE CAPITAL	-	27.397,90	64,57	-	27.333,33
Investimentos	-	27.397,90	64,57	-	27.333,33
TOTAL	12.402,61	216.737,21	162.647,86	5.963,80	60.528,16

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

R\$ 1,00

INGRESSOS	NE	2023	2022	DISPÊNDIOS	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		65.896.111,21	71.779.798,65
Ordinárias		-	-	Ordinárias		60.476.102,58	65.837.246,81
Vinculadas		-	-	Vinculadas		5.420.008,63	5.942.551,84
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		5.420.008,63	5.275.757,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária			-	Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas			666.794,84
Transferências Financeiras Recebidas	23	63.572.535,28	71.759.378,23	Transferências Financeiras Concedidas		433.659,17	375.697,39
Resultantes da Execução Orçamentária		59.719.094,99	68.331.349,56	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasso Recebido		59.719.094,99	68.331.349,56	Independentes da Execução Orçamentária		433.659,17	375.697,39
Independentes da Execução Orçamentária		3.853.440,29	3.428.028,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.735,18	
Transf. Recebidas p/ Pagamento de RP		3.809.945,72	3.428.028,67	Movimento de Saldos Patrimoniais		431.923,99	375.697,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais		43.494,57					
Recebimentos Extraorçamentários		7.486.246,05	5.266.148,94	Pagamentos Extraorçamentários		4.629.909,36	4.693.270,69
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24	747.785,41	190.003,88	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		162.647,86	7.541,11
Insc. dos Restos a Pagar Não Processados	24	5.880.619,25	4.637.408,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25	3.996.591,71	4.622.211,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		469.411,97	63.039,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		469.411,97	63.518,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24	388.429,42	375.697,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.257,82	-
Arrecadação de Outra Unidade		388.429,42	375.697,39	Demais Pagamentos		1.257,82	
Saldo do Exercício Anterior		569.938,37	393.177,93	Saldo para o Exercício Seguinte		669.039,96	569.938,37
Caixa e Equivalentes de Caixa		569.938,37	393.177,93	Caixa e Equivalentes de Caixa		669.039,96	569.938,37
TOTAL		71.628.719,70	77.418.705,10	TOTAL		71.628.719,70	77.418.705,10

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.716.389,05	7.020.302,76
INGRESSOS	64.430.376,67	72.198.114,77
Outros Ingressos Operacionais	64.430.376,67	72.198.114,77
Ingressos Extraorçamentários	469.411,97	63.039,15
Transferências Financeiras Recebidas	63.572.535,28	71.759.378,23
Arrecadação de Outra Unidade	388.429,42	375.697,39
DESEMBOLSOS	-59.713.987,62	-65.177.812,01
Pessoal e Demais Despesas	-53.423.188,27	-59.762.710,53
Judiciário	-46.969.916,71	-54.110.643,50
Previdência Social	-6.453.271,56	-5.652.067,03
Transferências Concedidas	-5.386.470,39	-4.975.885,82
Intragovernamentais	-5.386.470,39	-4.975.885,82
Outros Desembolsos Operacionais	-904.328,96	-439.215,66
Dispêndios Extraorçamentários	-469.411,97	-63.518,27
Transferências Financeiras Concedidas	-433.659,17	-375.697,39
Demais Pagamentos	-1.257,82	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.617.287,46	-6.843.542,32
DESEMBOLSOS	-4.617.287,46	-6.843.542,32
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.478.778,88	-6.843.542,32
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.138.508,58	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	99.101,59	176.760,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	569.938,37	393.177,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	669.039,96	569.938,37

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

em R\$ 1,00

Especificação	Valor
Saldo Inicial do Exercício 2023	87.473.430,94
Ajustes de Exercícios Anteriores	-285.321,21
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-2.260.193,54
Resultado do Exercício	11.115.940,08
Saldo Final do Exercício 2023	96.043.856,27

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um quadro com duas seções: Ativo e Passivo, representando, respectivamente, os bens e direitos e as obrigações, comparando os saldos do exercício base (2023) com o do anterior (2022).

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos exigíveis. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável ou superavitária, enquanto o saldo negativo representa uma situação patrimonial desfavorável ou deficitária.

ATIVO

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a soma dos valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional - limite de saque -, utilizados para pagamento das despesas desta unidade, e os depósitos em caução efetivados por fornecedores de bens e/ou serviços a título de garantia contratual.

em R\$ 1,00

Caixa e Equivalente de Caixa	2023	2022	AH(%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	669.039,96	569.938,37	17,39%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

*Limite de saque com vinculação de pagamento. Para fins de apuração do valor passível e inscrição em restos a pagar é considerado, em conjunto com saldo registrado na conta limite de saque, a quantia prevista na conta “8.2.2.2.4.01.01 - Recebimento de RP Autorizado – Inscrição”, em 2023 foi de R\$ 6.277.252,43, e que em 2022 foi de R\$ 4.548.926,84.0

A variação de 17,39% reflete um aumento nos recursos financeiros, mantidos na conta Limite de Caixa com Vinculação de Pagamento, destinados ao pagamento de despesas inscritas em Restos Pagar no encerramento do exercício de 2023, bem como as reinscritas de exercícios anteriores, tendo em vista a necessidade de pagamentos de obrigações diversas com vencimento no início do exercício de 2024.

em R\$ 1,00

Caixa e Equi. de Caixa por fonte de recursos - composição	2023	2022	AH(%)
000 Recursos Ordinários	637.123,77	460.397,66	38,39%
027 Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	31.278,00	107.167,53	-70,81%
050 Rec. Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0,00	1.735,00	-100,00%
056 Benefícios do RPPS da União	0,01	0,00	-
491 Recursos Diversos	638,18	638,18	0,00%
Total	669.039,96	569.938,37	17,39%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo de contas Créditos a curto prazo é composto de valores a receber devidos por servidores, fornecedores ou outras entidades, e adiantamentos concedidos a terceiros.

Os direitos que permaneceram registrados ao final de 2023 dizem respeito a:

- Adiantamento relativo ao auxílio alimentação de janeiro de 2024, o qual foi majorado em 2023 em 29,96%, passando de um benefício *per capita* de R\$ 910,08 para R\$ 1.182,74;
- Créditos diversos a servidores, com destaque ao adiantamento de salário no mês de férias;
- Multa aplicada à empresa prestadora de serviço por descumprimento de contrato.

No ano de 2023 houve a prestação de contas relativo ao Termo de Execução Descentralizada para implantação do modelo de Gestão de Competências firmado junto à Universidade Federal do Pará – UFPA, tendo sido realizada a baixa dos R\$ 99.000,00 referente a esse TED.

em R\$ 1,00

Créditos a curto prazo - composição	2023	2022	AH(%)
Adiantamentos de auxílio alimentação a servidores	156.121,68	121.040,64	28,98%
Adiantamentos diversos concedidos a servidores	25.730,77	6.710,33	283,45%
Crédito a Receber Decorrentes de Infração Contratual	477,50	0,00	0,00%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	0,00	99.000,00	-100,00%
Total	182.329,95	226.750,97	-19,59%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 03 – ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos por este Tribunal – não há produção própria de materiais –, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades, mas que ainda não foram utilizados ou tiveram destinação específica.

O método utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, método em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período, conforme inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

em R\$ 1,00

Estoques	2023	2022	AH(%)
Material de processamento de dados	93.779,14	107.584,73	-12,83%
Material de expediente	78.209,93	84.625,51	-7,58%
Material de limpeza e produtos de higiene	36.519,87	45.124,31	-19,07%
Material de copa e cozinha	34.266,21	23.392,64	46,48%
Material de acondicionamento e embalagem	24.281,57	27.051,13	-10,24%
Material elétrico e eletrônico	23.908,87	31.273,99	-23,55%
Material de proteção e segurança	23.895,29	22.681,18	5,35%
Gêneros de alimentação	19.090,80	7.372,44	158,95%
Material para áudio, vídeo e foto	8.991,52	9.468,50	-5,04%
Material hospitalar	8.302,85	9.408,50	-11,75%
Material de sinalização visual	8.261,84	7.644,34	8,08%
Material para manutenção de móveis	6.553,02	10.897,36	-39,87%
Bandeiras, flamulas e insígnias	3.163,38	4.288,87	-26,24%
Material para comunicações	1.669,34	0,00	-
Material para manutenção de imóveis	1.054,80	4.300,89	-75,47%
Material de cama e mesa	783,09	468,05	67,31%
Material técnico para seleção e treinamento	315,00	315,00	0,00%
Ferramentas	177,90	595,16	-70,11%
Total	373.224,42	396.492,60	-5,87%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 04 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Apresenta os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

O saldo está representado pelas importâncias pagas diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência.

Tais de despesas são registradas de forma automática pelo SIAFI, a partir do cronograma de realização informado no documento hábil no momento da liquidação.

em R\$ 1,00

VPDs pagas antecipadamente - composição	2023	2022	AH(%)
Certificados digitais e assinatura de licença de software	9.514,55	11.066,23	-14,02%
Aluguel de licença de software	2.303,90	440,84	422,62%
Total	11.818,45	11.507,07	2,71%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 05 – IMOBILIZADO

No imobilizado são controlados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O imobilizado é composto por:

1. Bens móveis: que são registrados no Sistema de Patrimônio ASIWeb; e
2. Bens imóveis: que são registrados e geridos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME)

Em 31 de dezembro 2023, o TRE-AC apresentou o saldo de R\$ 98.797.596,46, relacionados a imobilizado, que representa um incremento de 12,88% em relação ao ano de 2022, conforme detalhado a seguir.

em R\$ 1,00

Imobilizado – composição	2023	2022	AH(%)
Bens móveis	26.195.161,01	16.227.524,95	61,42%
(+) Valor Bruto Contábil	38.875.260,67	27.495.818,45	41,39%
(-) Depreciação Acumulada	(12.680.099,66)	(11.268.293,50)	12,53%
Bens imóveis	72.602.435,45	71.295.150,96	1,83%
(+) Valor Bruto Contábil	72.691.696,12	71.333.874,12	1,90%
(-) Depreciação Acumulada	(89.260,67)	(38.723,16)	130,51%
Total	98.797.596,46	87.522.675,91	12,88%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 06 – BENS MÓVEIS

Os bens móveis do Tribunal em 31 de dezembro de 2023 totalizavam, deduzida a depreciação, R\$ 26.564.254,66 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Compreende os bens móveis que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

São gerenciados pela Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), responsável pelas apropriações das aquisições pelos seus valores originais e pelo cálculo mensal da depreciação, através do sistema ASIWeb, pelo método de cotas constantes.

em R\$ 1,00

Bens móveis - detalhamento	2023	2022	AV (%)	AH(%)
Aparelhos de medição	13.758,28	13.758,28	0,04%	0,00%
Aparelhos e equip. de comunicação	70.325,71	77.135,61	0,18%	-8,83%
Apar. equip. med. odont. lab. hosp.	99.278,43	56.462,42	0,26%	75,83%
Equip. proteção segurança e socorro	186.182,36	187.760,36	0,48%	-0,84%
Máquinas e equipamentos energéticos	251.055,40	248.181,98	0,65%	1,16%
Máquinas e equipamentos gráficos	170,00	170,00	0,00%	0,00%
Máq. ferram. e utens. de oficina	1.404,75	1.413,05	0,00%	-0,59%
Acessórios para automóveis	10.419,99	10.419,99	0,03%	0,00%
Equipamentos hidráulicos e eletric.	4.121,46	5.387,03	0,01%	-23,49%
Máq. utensílios e equip. diversos	6.367,68	6.104,64	0,02%	4,31%
Equip. de processamento de dados	31.016.703,85	19.627.760,81	79,79%	58,02%
Aparelhos e utensílios domésticos	580.765,96	613.366,72	1,49%	-5,32%
Máq. inst. utensílios de escritório	11.314,83	11.314,83	0,03%	0,00%
Mobiliário em geral	3.121.205,36	3.067.770,94	8,03%	1,74%
Coleções e materiais bibliográficos	19.619,79	19.619,79	0,05%	0,00%
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	115.641,58	125.901,16	0,30%	-8,15%
Obras de arte e peças para museu	7.325,90	7.325,90	0,02%	0,00%
Veículos diversos	13.445,42	8.004,42	0,03%	67,97%
Veículos de tração mecânica	3.118.446,37	3.151.720,00	8,02%	-1,06%
Peças não incorporáveis a imóveis	227.707,55	256.240,52	0,59%	-11,14%
Valor bruto	38.875.260,67	27.495.818,45	100,00%	41,39%
(-) Depreciação acumulada	(12.680.099,66)	(11.268.293,50)	-	9,25%
Total	26.195.161,01	16.227.524,95	-	63,70%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022/ASIWeb

Dos bens móveis registrados no órgão, 79,79% referem-se a bens de tecnologia da informação ou bens de informática, principalmente aqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições.

As variações mais relevantes ocorridas entre os exercícios de 2023 e 2022 decorrem dos seguintes eventos:

- Descarte de bens classificados como irrecuperáveis no total de R\$ 163.646,06, impactando diversas contas. O bens descartados foram recolhidos pela Prefeitura Municipal de Rio Branco para que pudesse ser dada a destinação ambientalmente correto ao materiais, atendo ao Plano de Logística Sustentável deste Tribunal.

Baixa de bens doados	Valor
Aparelhos e equip. de comunicação	6.809,90
Aparelhos e utensílios domésticos	81.729,72
Equip. de processamento de dados	9.459,59
Equip. proteção segurança e socorro	1.578,00
Equipamentos hidráulicos e eletric.	1.265,57
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	10.259,58
Máquinas e equipamentos energéticos	9.472,46
Máq. ferram. e utens. de oficina	8,30
Máq. utensílios e equip. diversos	877,66
Mobiliário em geral	38.628,02
Peças não incorporáveis a imóveis	3.202,26
Veículos diversos	355,00
Total	163.646,06

b. Apar. equip. med. odont. lab. hosp. – variação de 75,83%:

- Aquisição de autoclave odontológico, maca clínica e fotopolimerizadores, totalizando R\$ 42.816,01.

b. Equip. de processamento de dados – variação de 58,02%:

- Recebimento do Tribunal Superior Eleitoral de:

- 1700 (mil e setecentas) urnas eletrônicas modelo 2022 no valor R\$ 9.842.497,50;
- 7 (sete) servidores de rede no valor de R\$ 253.852,97.

- Aquisição de:

- 02 (duas) soluções modulares indoor para Datacenter no valor de R\$ 2.216.000,00;

- Transferência para o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas de:

- 412 (quatrocentos e doze) urnas eletrônicas modelo 2015 no total de R\$ 913.947,84

c. Veículos de tração mecânica

Apesar da variação entre os anos de 2022 e 2023 ter sido pouco expressiva (-1,06%), as movimentações ocorridas nesta conta merecem destaque, neste exercício elas foram as seguintes:

- Aquisição de 1 (um) caminhão do Tipo Baú no valor de R\$ 509.000,00 e 3 (três) caminhonetes cabine dupla no total de R\$ 774.000,00;

- Por recomendação da Auditoria Interna, e determinação da Administração, foi realizada a reavaliação de todos os veículos. Ao total foram reavaliados 20 (vinte) veículos. A Comissão responsável pela trabalho foi composta por 3 (três) servidores do Tribunal, tendo sido o novo valor dos bens apurado com base na “Tabela de Preços Médios publicada e mantida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em consonância com o mercado local de veículos da espécie, bem como avaliações fornecidas por empresas do ramo no mercado local”. Ao final do trabalho, entre baixa de depreciação acumulada e apuração do novo valor bruto, foi registrada um redução R\$ 435.239,25 (Valor original: R\$ 3.151.720,00 - Depreciação Acumulada: R\$ 881.034,38 – Novo valor: 1.835.446,37).

Descrição	I Valor Bruto Anterior	II Depreciação acumulada	III (I - II) Valor Líquido	IV Novo Valor Bruto
Caminhão fechado tipo baú	147.490,00	87.019,10	60.470,90	116.268,67
Caminhonete cabine dupla	293.500,00	16.142,50	277.357,50	150.564,00
Caminhonete cabine dupla	293.500,00	14.675,00	278.825,00	150.564,00
Caminhonete cabine dupla	293.500,00	22.012,50	271.487,50	150.564,00
Caminhonete cabine dupla	293.500,00	22.012,50	271.487,50	150.564,00
Caminhonete cabine dupla	293.500,00	22.012,50	271.487,50	150.564,00
Caminhonete cabine dupla	139.100,00	38.252,50	100.847,50	99.759,00
Caminhonete cabine dupla	139.100,00	31.993,00	107.107,00	113.235,67
Caminhonete cabine dupla	139.100,00	31.993,00	107.107,00	113.235,67
Caminhonete cabine dupla	107.150,00	48.217,50	58.932,50	75.406,00
Caminhonete cabine dupla	107.150,00	48.217,50	58.932,50	64.413,37
Caminhonete cabine dupla	107.150,00	48.217,50	58.932,50	75.406,00
Caminhonete cabine dupla	107.150,00	48.217,50	58.932,50	75.406,00
Caminhonete cabine dupla	107.150,00	48.217,50	58.932,50	75.406,00
Caminhonete cabine dupla	97.695,00	69.851,93	27.843,07	30.000,00
Caminhonete cabine dupla	97.695,00	69.363,45	28.331,55	38.333,33
Caminhonete cabine dupla	97.695,00	69.363,45	28.331,55	38.333,33
Caminhonete cabine dupla	97.695,00	69.363,45	28.331,55	38.333,33
Veículo	127.900,00	29.417,00	98.483,00	119.924,33
Veículo	65.000,00	46.475,00	18.525,00	9.165,67
Total	3.151.720,00	881.034,38	2.270.685,62	1.835.446,37

A seguir apresenta-se quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando o exercício de 2023, por conta contábil.

Imobilizado – bens móveis - detalhamento

Em R\$ 1,00

Conta	Vida Útil (anos)	Taxa residual	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamentos de processamento de dados	5	10%	31.016.703,85	10.762.009,13	20.254.694,72
Mobiliário em geral	10	10%	3.121.205,36	1.118.063,14	2.003.142,22
Veículos de tração mecânica	15	10%	3.118.446,37	16.348,68	3.102.097,69
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	580.765,96	302.257,91	278.508,05
Maquinas e equipamentos energéticos	10	10%	251.055,40	157.897,67	93.157,73
Pecas não incorporáveis a imóveis	10	10%	227.707,55	60.998,78	166.708,77
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%	186.182,36	85.992,06	100.190,30
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	115.641,58	51.025,77	64.615,81
Equipam/utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	15	20%	99.278,43	35.639,15	63.639,28
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%	70.325,71	50.520,54	19.805,17
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%	19.619,79	4.466,53	15.153,26
Aparelhos de medição e orientação	15	10%	13.758,28	9.002,11	4.756,17
Veículos em geral	15	10%	13.445,42	3.743,95	9.701,47
Maquinas e utensílios de escritório	10	10%	11.314,83	7.307,06	4.007,77
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	5	10%	10.419,99	8.596,50	1.823,49
Obras de arte e peças para exposição	-	-	7.325,90	0,00	7.325,90
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%	6.367,68	2.336,08	4.031,60
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%	4.121,46	2.773,36	1.348,10
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%	1.404,75	968,24	436,51
Maquinas e equipamentos gráficos	15	10%	170,00	153,00	17,00
Total			38.875.260,67	12.680.099,66	26.195.161,01

Fonte: SIAFI, 2023/ASIWeb.

NOTA 07 – BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis do TRE-AC são classificados como de uso especial uma vez que são destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública. Na União, a gestão dos bens imóveis é realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio de sistema próprio de gerenciamento da utilização dos imóveis, o SPIUnet.

Dessa forma, apesar deste Tribunal ser a entidade que os utiliza, há que se considerar que a Secretaria de Patrimônio da União é a unidade responsável por autorizar a ocupação dos imóveis públicos federais, estabelecer diretrizes para permissão de uso, doação ou cessão gratuita e, também, pelo cálculo e escrituração da depreciação desses bens, tanto no sistema de controle (SPIUnet), quanto no SIAFI, e por conseguinte, nos registros contábeis deste órgão.

Assim, não raro, as notas explicativas do TRE-AC, e de diversos outros da administração pública federal, restam prejudicadas quanto a esse grupo de ativos, em especial no que diz respeito à divulgação do método de avaliação, reavaliação e cálculo da depreciação dos bens de uso especial registrados no SPIUnet.

Não obstante naquele sistema os imóveis deste Tribunal estarem com valores segregados entre edifícios e terrenos, a informação para escrituração enviada ao SIAFI indica a integralidade do valor na conta de edifícios, dessa forma, contabilmente, não há valores escriturados na rubrica de terrenos do TRE-AC, todavia não há divergência no valor total dos bens de uso especial contabilizados e os apresentados no sistema da SPU.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-AC:

em R\$ 1,00				
Descrição	2023	2022	AV(%)	AH(%)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	72.691.696,12	71.199.743,58	100,00%	2,10%
Instalações	0,00	134.130,54	0,00%	-100,00%
Valor bruto	72.691.696,12	71.333.874,12	100,00%	1,90%
(-) Depreciação Acumulada	(89.260,67)	(38.723,16)	-	130,51%
Total	72.602.435,45	71.295.150,96	-	1,83%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Após levantamento de informações realizada pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis (SOMI) deste Tribunal, foi realizada a baixa da totalidade do saldo da conta de Instalações, no valor R\$ 134.130,54. Verificou-se que estavam registrados bens móveis e serviços de ampliação e reforma de imóveis que já haviam valorado os imóveis através da reavaliação realizada no SPIUnet.

Após essa baixa, a conta de “Bens de uso especial registrados no SPIUnet” passou a corresponder a 100,00% de todos os bens imóveis reconhecidos no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 72.691.696,12 em 31/12/2023:

Bens de uso especial registrados no SPIUnet**em R\$ 1,00**

Imóvel	Benfeitoria	Terreno	Total
Fórum Eleitoral de Brasileira	400.000,00	81.637,89	481.637,89
Fórum Eleitoral de Cruzeiro do Sul	3.835.800,00	537.200,00	4.373.000,00
Fórum Eleitoral de Feijó	441.400,00	54.900,00	496.300,00
Sede Administrativa	52.973.026,96	3.695.641,86	56.668.668,82
Depósito de Urnas/CAE	5.500.000,00	2.732.177,12	8.232.177,12
Fórum Eleitoral de Sena Madureira	403.300,00	65.890,00	469.190,00
Fórum Eleitoral de Tarauacá	450.000,00	47.941,74	497.941,74
Fórum Eleitoral de Xapuri	485.875,00	58.212,00	544.087,00
Fórum Eleitoral de Senador Guimard	471.485,00	53.010,00	524.495,00
Posto de Atendimento Eleitoral do Bujari	113.500,00	28.170,00	141.670,00
Posto de Atendimento Eleitoral do Porto Acre	113.500,00	27.389,25	140.889,25
Posto de Atendimento Eleitoral do Jordão	113.500,00	8.139,30	121.639,30
Valor bruto	65.301.386,96	7.390.309,16	72.691.696,12

Fonte: SPIUnet, dez/2023

Quanto as variações ocorridas entre os exercícios de 2023 e 2022 é reflexo da reavaliação do imóvel onde localiza-se a Sede Administrativa deste Tribunal, no valor R\$ 1.491.952,54, processada pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis.

Obedecendo ao que estabelece a NBC TSP 07, item 88.e, apresenta-se a seguir a conciliação do valor contábil do imobilizado no início e no final do período, conforme movimentação já detalhada nas notas específicas dos bens móveis e imóveis.

						em R\$ 1,00
Imobilizado - movimentação/conciliação	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferência para TSE/UGs	Reavaliações/Ajustes	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Bens Móveis	27.495.818,45	13.814.747,86	(205.084,17)	(913.947,84)	(1.316.273,63)	38.875.260,67
Equipamento de tecnologia da informação e comunicação	19.627.760,81	12.312.350,47	(9.459,59)	(913.947,84)	0,00	31.016.703,85
Mobiliário em geral	3.067.770,94	92.062,44	(38.628,02)	0,00	0,00	3.121.205,36
Veículos	3.151.720,00	1.283.000,00	0,00	0,00	(1.316.273,63)	3.118.446,37
Aparelhos e utensílios domésticos	613.366,72	49.128,96	(81.729,72)	0,00	0,00	580.765,96
Máquinas e equipamentos energéticos	248.181,98	12.345,88	(9.472,46)	0,00	0,00	251.055,40
Peças não incorporáveis a imóveis	256.240,52	16.107,40	(44.640,37)	0,00	0,00	227.707,55
Demais bens móveis	530.777,48	49.752,71	(21.154,01)	0,00	0,00	559.376,18
(-) Depreciação Acumulada	(11.268.293,50)	(3.033.998,16)	158.498,98	582.658,64	881.034,38	(12.680.099,66)
Total - Bens Móveis	16.227.524,95	10.780.749,70	(46.585,19)	(331.289,20)	(435.239,25)	26.195.161,01
Bens Imóveis	71.333.874,12	0,00	(134.130,54)	0,00	1.491.952,54	72.691.696,12
Edifícios	71.199.743,58	0,00	0,00	0,00	1.491.952,54	72.691.696,12
Instalações	134.130,54	0,00	(134.130,54)	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(38.723,16)	(50.537,51)	0,00	0,00	0,00	(89.260,67)
Total - Bens Imóveis	71.295.150,96	(50.537,51)	(134.130,54)	0,00	1.491.952,54	72.602.435,45
Total - Imobilizado	87.522.675,91	10.730.212,19	(180.715,73)	(331.289,20)	1.056.713,29	98.797.596,46

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022/ASIWeb.

NOTA 07A – BENS IMÓVEIS – ATIVOS CONTINGENTES

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou em 2021 o 1º Inventário de Bens Imóveis, e foi identificado que os edifícios onde funcionam os Postos de Atendimento de Rodrigues Alves e Mâncio Lima não estão registrados neste órgão, nem no SPIUnet, conforme consta no relatório emitido ao final do levantamento:

*Dois imóveis próprios, PAE's de Rodrigues Alves e Mâncio Lima, não estão registrados no SPIUnet, pois as leis municipais apontam como beneficiário o Tribunal Regional Eleitoral, quando deveria ser a União, verdadeira beneficiária desse tipo de doação. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre é apenas cessionário de tais bens, propriedade da União. **Tal erro impossibilita o registro no SPIUnet e a transferência imobiliária junto às serventias judiciais respectivas por parte da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).** Ofícios foram encaminhados às prefeituras municipais para alteração das leis de doação, consoante procedimentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nº 0002671-84.2021.6.01.8000 e 0002671-84.2021.6.01.8000 (sic) [0002668-32.2021.6.01.8000], respectivamente.*

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna deste órgão, os imóveis, mensurados ao valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com base no estabelece o item 47 da NBC TSP 07 e tendo em vista os valores dos Postos de Atendimento de Bujari e Porto Acre, foram registrados como ativos contingentes (classes 7 e 8).

NOTA 08 – INTANGÍVEL

No grupo de intangíveis são registrados ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada, e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

em R\$ 1,00			
Descrição	2023	2022	AH(%)
Softwares de vida útil definida	1.379.830,70	249.748,00	452,49%
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	333.047,95	0,00%
Total - Softwares	1.712.878,65	582.795,95	193,91%
(-)Amortização Acumulada	(296.338,66)	(249.748,00)	18,66%
Total	1.416.539,99	333.047,95	-

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

No exercício de 2023 efetuou relevantes investimentos em softwares, no total de R\$ 1.130.082,70, quais sejam:

1. Aquisição de licença, serviço e suporte de atualização de opcionais de software de segurança para banco de dados Oracle (options e packs), no intuito de aprimorar medidas técnicas de segurança da informação visando defesa, proteção e monitoramento de dados organizacionais nos bancos de dados Oracle, bem como assegurar às equipes de administradores de banco de dados o instrumental adequado para a condução de projetos em convergência com a Estratégia Nacional de Cibersegurança de Tecnologia e Informação da Justiça Eleitoral.
2. Aquisição de licença de uso do software Bacula Backup Enterprise Serve e plugins para compor o processo de cópias de segurança no datacenter deste Regional, a qual fez-se necessária pela necessidade de equipar o parque tecnológico do TRE/AC com total eficiência e foco na continuidade do serviço público, por meio de solução que garanta eficiência, confiabilidade, segurança e robustez, resultando em alto desempenho e disponibilidade dos backups (cópias de segurança).

em R\$ 1,00

Movimentação/conciliação	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Intangível	582.795,95	1.130.082,70	0,00	1.712.878,65
Softwares de vida útil definida	249.748,00	1.130.082,70	0,00	1.379.830,70
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	0,00	0,00	333.047,95
(-) Dep. Acumulada	(249.748,00)	(46.590,66)	0,00	(296.338,66)
Total	333.047,95	1.083.492,04	0,00	1.416.539,99

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Apesar de ambas soluções adquiridas serem perpétuas, a melhor estimativa realizada pela área técnica indica sua utilização pelo período de 120 meses, sem expectativa de valor residual ao final. Assim as soluções de segurança e backup foram classificadas com softwares de vida útil definida.

PASSIVO

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto prazo compreendem os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a que os empregados ou servidores tenham direito. Compreendem também as aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar e benefícios a pagar, e apresentam os seguintes saldos:

em R\$ 1,00

Créditos a curto prazo - composição	2023	2022	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	6.273,70	126.688,27	-95,05%
Férias a pagar	600.779,27	1.200.716,72	-49,96%
INSS-Contrib.s/Salários e remun.	15.153,87	13.657,85	0,00%
INSS-Contrib.s/Serviços de terceiros	1.234,25	1.814,61	-31,98%
Total	623.441,09	1.342.877,45	-53,57%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

O principal valor registrado (R\$ 600.779,27) se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do gozo de férias por parte dos servidores.

A Justiça Eleitoral, através da Orientação SOF/TSE nº 010/2018, padronizou os procedimentos de apropriação de férias consoante a Macrofunção SIAFI nº 02.11.42 – Folha de Pagamento. Tais procedimentos, são aplicados desde 2018 e foram objetos de determinação contida no Acórdão nº 1322/2018 do Tribunal de Contas da União –TCU/Plenário.

A apropriação mensal das férias é calculada na proporção de 1/3 (um terço) + 1 (um inteiro) sobre a base de cálculo de férias. A base de cálculo mensal da apropriação é obtida através da dedução da remuneração mensal do servidor de valores que não compõem a rubrica de férias tais como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio pré-escola, reembolso farmacêutico/odontológico, dentre outros benefícios/auxílios.

A rotina de férias tem por objetivo efetuar a apropriação do pagamento do abono constitucional (1/3) de férias, além de registrar a apropriação por competência relativa às férias dos servidores do Tribunal, para que essa entidade demonstre os saldos das contas patrimoniais de forma fidedigna à realidade, conforme determinam as normas contábeis vigentes.

NOTA 10 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações junto a fornecedores de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo, não restaram valores relevantes pendentes de pagamento ao término do exercício 2023, visto o quadro a seguir:

em R\$ 1,00

Créditos a curto prazo - composição	2023	2022	AH(%)
VIP Multiserviços e Consultoria Ltda	19.418,88	19.418,88	0,00%
OI S.A. – Em Recuperação Judicial	11.620,45	7.585,15	53,20%
Cozani RJ Infraestrutura e Redes	7.017,09	0,00	0,00%
Gold Service Vigilância e Segurança Ltda	6.049,68	0,00	0,00%
Demais	5.914,16	10.355,67	-42,89%
Total	50.020,26	37.359,70	33,89%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As obrigações não incluídas nos grupos anteriores que terão vencimento em curto prazo estão detalhadas abaixo:

em R\$ 1,00

Fornecedor	Nota	2023	2022	AH(%)
Retenção Previdenciária - FRGPS	I	90.315,85	115.262,39	-21,64%
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	II	535.168,52	-	-
Depósitos retidos de fornecedores	III	354.541,84	86.019,44	312,16%
Outros		1.059,32	5.462,95	-80,61%
Total		981.085,53	206.744,78	374,54%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Nota I – Retenção Previdenciária - FGPS

Registra o valor das retenções de INSS, decorrente dos serviços contratados, a serem recolhidos ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, de acordo com a Lei nº 8.212, art. 31, e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022, art. 110.

Nota II – IRRF Devido ao Tesouro Nacional

Retenções na fonte, efetuadas por este Tribunal, do imposto sobre a venda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados. A partir do início da operação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), esses passivos que eram pagos junto com o fornecedor/empregado/servidor passaram a ser pagos até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à competência da emissão do documento fiscal. Como reflexo dessa alteração não foi pago no exercício de 2023 as retenções realizadas em dezembro/2023, diferentemente do que havia ocorrido em dezembro/2022, em que no próprio mês pôde ser quitado o débito tributário.

Nota III – Depósitos retidos de fornecedores

São valores de obrigações retidos cautelarmente de fornecedores em razão de possível aplicação de multas e (ou) outras determinações. A relevante variação percentual (312,16%) em relação ao exercício anterior é reflexo das retenções ocorridas e ainda pendente de definição acerca da destinação a ser dada ao recurso (devolução ao fornecedor ou recolhimento de multa).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 12 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O resultado dos registros efetivados em 2023 a título de ajustes de exercícios anteriores totaliza o montante de R\$ 285.321,21.

em R\$ 1,00

Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2022	(445.473,73)
Transferência para "Resultados de Exercícios Anteriores"	445.473,73
Passivo anterior - execução orçamentária	(86.422,75)
Pessoal	(42.758,33)
Fornecedores	(43.664,42)
Procedimentos contábeis - registro patrimonial	(198.898,46)
Depreciação urnas - Exercício 2022 (Setembro a Dezembro)	(144.177,92)
Instalações	(54.720,54)
Movimentação total do exercício - Saldo em 31/12/2022	(285.321,21)

Fonte: SIAFI, 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

NOTA 13 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

São as transferências financeiras recebidas, fruto da programação para pagamento de despesas do exercício e de restos a pagar. Varia de um ano para outro, de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

O TRE-AC não possui receita própria, ou seja, não realiza arrecadação para cobrir os gastos com suas atividades, recebendo, para tanto, recursos financeiros do Tesouro Nacional, via Sub-repasse do TSE, para fazer face aos pagamentos de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e contratuais necessárias ao cumprimento de seu objetivo institucional.

Nos comparativos anuais nota-se que tanto as despesas (VPDs) quanto e, por consequência daquela, as transferências (VPAs), são menores nos anos não eleitorais, em relação aos anos não eleitorais.

Em 2023 não foi diferente, esta rubrica variou 11,41% negativamente em relação ao exercício de 2022.

em R\$ 1,00

Descrição	2023	2022	AH(%)
Outras Transferências e Delegações Recebidas	63.572.535,28	71.759.378,23	-11,41%

NOTA 14 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVO:

Compreende os valores dos bens permanentes (1700 (mil e setecentas) urnas eletrônicas modelo 2022 no valor R\$ 9.842.497,50 e 7 (sete) servidores de rede no valor de R\$ 253.852,97) e de consumo (1481 (mil quatrocentos e oitenta e uma) mídias de resultados das urnas eletrônicas – R\$ 218.880,42) recebidos de outros Regionais Eleitorais ou do Tribunal Superior Eleitoral.

Destaque-se que é registrado também na conta de Outras Transferências e Delegações Recebidas a depreciação acumulada dos bens encaminhados à outras Unidades Gestoras. Dessa forma, consta a contabilização de R\$ 582.658,64 relativo a depreciação acumulada 412 urnas eletrônicas encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

em R\$ 1,00

Descrição	2023	2022	AH(%)
Outras Transferências e Delegações Recebidas	836.511,61	630.176,64	32,74%
Ganhos com Incorporação de Ativos	10.061.377,92	4.960.187,88	102,84%
Total	10.897.889,53	5.590.364,52	94,94%

NOTA 16 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O montante demonstrado no item se refere às multas administrativas cobradas de empresas e pessoas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como indenizações, ressarcimentos e registro de débitos a receber de servidores.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

NOTA 16 - PESSOAL E ENCARGOS

A movimentação de despesa de pessoal dos Tribunais Eleitorais apresenta elevação nos anos eleitorais em virtude da necessidade de realização de serviços extraordinários pelos servidores, em decorrência das Sessões Extraordinárias do Pleno do Tribunal, e em virtude do pagamento do benefício alimentação aos colaboradores (mesários, escrutinadores, motoristas, supervisores dos locais de votação e auxiliares de juiz) que prestaram serviço a esta Justiça Especializada.

Dessa forma, sendo o exercício de 2023 ano não eleitoral, observa-se que houve redução de 4,30% em relação à 2022, em valores financeiros representa R\$ 1.848.256,46. A redução não foi maior em virtude da implementação da 1ª parcela do reajuste salarial concedido pela Lei n.º 14.523/2023, no percentual de 6% a partir de fevereiro de 2023.

em R\$ 1,00

Despesa	2023	2022	AH(%)
Remuneração a Pessoal	31.941.265,99	32.953.506,18	6,31%
Vencimentos e salários	8.105.129,76	9.670.659,02	-16,19%
Abonos	38.044,84	52.867,88	-28,04%
Adicionais	35.607,69	33.751,44	5,50%
Gratificações	18.715.504,18	18.280.662,50	2,38%
Férias	2.859.669,47	2.794.149,04	2,34%
13º Salário	2.187.310,05	2.121.416,30	3,11%
Encargos Patronais	5.424.142,99	5.001.645,29	-1,83%
Contribuição patronal para o RPPS	5.223.491,30	4.825.692,62	8,24%
Contribuições previdenciárias - INSS	152.717,69	151.720,61	0,66%
Complementação de previdência - FUNPRESP-JUD	47.934,00	24.232,06	97,81%
Benefícios a Pessoal	2.167.910,71	1.778.600,09	4,98%
Auxílio alimentação	1.796.020,33	1.468.707,65	22,29%
Auxílio creche	371.890,38	309.892,44	20,01%
Outras Var. Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.642.049,11	3.289.873,70	194,21%
Requisitado de outros órgãos - Estado do Acre	1.365.008,79	1.055.849,04	29,28%
Requisitado de outros órgãos - Município de Rio Branco	277.040,32	140.084,66	97,77%
Benefício alimentação - colaboradores Eleições 2022	0,00	2.093.940,00	-100,00%
Total	41.175.368,80	43.023.625,26	-4,30%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

NOTA 17 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

i. Uso de serviços e material de consumo

Da mesma forma que ocorre com a despesa de pessoal, a de serviços e material de consumo também é impactada com redução de valores em anos não eleitorais.

Desta feita, no comparativo entre os exercícios de 2023 e 2022, ano não eleitoral e eleitoral, respectivamente, nota-se redução no consumo de materiais no percentual de 69,84%, e em serviços de 36,33%.

Dentre os materiais que tem o consumo reduzido nos anos não eleitorais destacam-se: combustíveis, material de expediente, processamento de dados, elétrico e eletrônicos e de proteção e segurança.

Quanto aos serviços, a redução decorre da não contratação dos serviços de fretamento de aeronaves e demanda por diárias, transporte de materiais e pessoas, digitadores, filmagem e sistema móvel de transmissão de voz e dados via satélite.

ii. Depreciação, Amortização e Exaustão

Em decorrência do substancial aumento de valores imobilizados do exercício de 2022 para o de 2023 (móveis R\$ 13,8 milhões), observou-se um incremento de 66,88% na despesa com depreciação no comparativo entre os dois períodos.

em R\$ 1,00

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2023	2022	AH(%)
Uso de Material de Consumo	520.438,82	1.725.561,59	-69,84%
Serviços	7.581.910,21	11.907.896,30	-36,33%
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.758.480,73	1.652.955,19	66,88%
Total	10.860.829,76	15.286.413,08	-28,95%

NOTA 18 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

i. Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais dizem respeito às multas administrativas cobradas de empresas e pessoas físicas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e suprimentos de fundos devolvidos e repassados à Secretária do Tesouro Nacional – STN.

ii. Outras Transferências e Delegações Concedidas

A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas evidencia a redução do patrimônio que se deu em virtude da transferência da depreciação acumulada de bens encaminhados por outros Tribunais ao TRE-AC e à baixa correspondente aos bens móveis doados por este Tribunal.

NOTA 19 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

O valor de maior relevância refere-se ao registro da reavaliação dos veículos – Nota 05 –, no montante líquido de R\$ 435.239,25

NOTA 20 – RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

Em 2023, o resultado patrimonial superavitário correspondeu ao montante de R\$ 11.115.940,08, apurado pela diferença da variação patrimonial aumentativa de R\$ 74.865.561,41 e a variação patrimonial diminutiva de R\$ 63.749.621,33.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, conforme dispõe o art. 102 da Lei 4.320/64. As receitas no Balanço Orçamentário são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

Nele estão demonstradas as receitas e despesas do TRE-AC, confrontado os montantes previstos com realizados em cumprimento da [Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022](#).

O regime orçamentário é aquele disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1.964, qual seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e despesas legalmente empenhadas.

As notas explicativas apresentadas abaixo são suplementares, para melhor entendimento da execução orçamentária deste órgão recomenda-se acessar os seguintes relatórios:

- I – [Dotação e execução orçamentária – 2023 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo II](#);
- II – [Inscrição em restos a pagar não-processados – 2023 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo I](#);
- III – [Relatório de Gestão Fiscal – Competência janeiro 2023 a dezembro de 2023](#);
- IV – [Painel do Orçamento Federal – Possibilita o acesso analítico, sintético e geração de relatórios acerca dos orçamentos desde o ano 2000](#);

NOTA 21 – RECEITA - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O déficit é a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário da receita de R\$ 65.896.111,21, no Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2023, ocorreu em virtude de os recursos serem todos provenientes de sub-repasse do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Este Tribunal não é um agente arrecadador, apenas executa despesas orçamentárias para prestação dos serviços públicos e realiza investimentos.

NOTA 22 – DESPESA – TOTAL

A coluna Saldo da Dotação demonstra a diferença da despesa autorizada e a executada - dotação atualizada subtraída das despesas empenhadas.

Apesar do Balanço Orçamentário apresentar que o saldo total da Dotação é de R\$ 4.172.175,29, tal valor é impactado pelas provisões recebidas do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e executados por este Tribunal. Tais valores são incluídos nas colunas das despesas empenhadas, liquidadas e pagas mas não são computados na coluna dotação atualizada. Afastados os gastos relativos à unidade orçamentária 14101 – TSE, o Balanço Orçamentário evidencia saldo positivo – sobra orçamentária de R\$ 6.671.964,34, conforme demonstrado abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – Unidade orçamento 14102 – TRE-AC

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	64.907.965,00	59.699.254,43	57.278.343,64	56.566.472,86	5.208.710,57
Pessoal e Encargos Sociais	46.491.103,00	45.758.274,25	44.560.049,33	44.003.975,88	732.828,75
Outras Despesas Correntes	18.416.862,00	13.940.980,18	12.718.294,31	12.562.496,98	4.475.881,82
DESPESAS DE CAPITAL	5.160.322,00	3.697.068,23	1.478.853,95	1.440.153,95	1.463.253,77
Investimentos	5.160.322,00	3.697.068,23	1.478.853,95	1.440.153,95	1.463.253,77
TOTAL	70.068.287,00	63.396.322,66	58.757.197,59	58.006.626,81	6.671.964,34

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – Unidade orçamento 14101 – TSE - Execução: TRE-AC

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	714.003,19	394.216,12	156.670,12	156.670,12	319.787,07
Pessoal e Encargos Sociais	41.640,27	18.865,87	18.865,87	18.865,87	22.774,40
Outras Despesas Correntes	672.362,92	375.350,25	137.804,25	137.804,25	297.012,67
DESPESAS DE CAPITAL	2.644.106,32	2.138.857,01	1.130.082,70	1.130.082,70	505.249,31
Investimentos	2.644.106,32	2.138.857,01	1.130.082,70	1.130.082,70	505.249,31
TOTAL	3.358.109,51	2.533.073,13	1.286.752,82	1.286.752,82	825.036,38

Fonte: SIAFI, 2023.

Em 2023, o TRE-AC além de receber provisões, concedeu. Foram descentralizados R\$ 33.284,58, ao Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Tribunal Regional Eleitoral do Pará, relativos à gratificação por encargo de curso.

NOTA 22A – DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA

O aumento de R\$ 7.997.072,00 em relação à dotação inicial é resultado da abertura de créditos adicionais nesse exato valor, divididos da seguinte forma:

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	59.570.893,00	5.337.072,00	64.907.965,00
Pessoal e Encargos Sociais	42.628.325,00	3.862.778,00	46.491.103,00
Outras Despesas Correntes	16.942.568,00	1.474.294,00	18.416.862,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.500.322,00	2.660.000,00	5.160.322,00
Investimentos	2.500.322,00	2.660.000,00	5.160.322,00
TOTAL	62.071.215,00	7.997.072,00	70.068.287,00

Fonte: SIAFI, 2023.**NOTA 22B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se que no exercício de 2023 foram executados (empenhados) 90,48% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 6.671.964,34 (9,52%).

Do total executado, tem-se que 72,18% corresponde a despesa de pessoal, 21,99% outras despesas correntes, e 5,83% referem-se a investimentos.

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AH(%)	AV(%)
DESPESAS CORRENTES	64.907.965,00	59.699.254,43	91,98%	94,17%
Pessoal e Encargos Sociais	46.491.103,00	45.758.274,25	98,42%	72,18%
Outras Despesas Correntes	18.416.862,00	13.940.980,18	75,70%	21,99%
DESPESAS DE CAPITAL	5.160.322,00	3.697.068,23	71,64%	5,83%
Investimentos	5.160.322,00	3.697.068,23	71,64%	5,83%
TOTAL	70.068.287,00	63.396.322,66	90,48%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas no relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratar de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

NOTA 24 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre não realiza arrecadação. Sua única fonte de recurso são sub-repasses do TSE. Tanto para cumprimento da execução do orçamento, como para execução dos restos a pagar.

NOTA 25 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os itens desse grupo correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, como os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I – Inscrição dos Restos a Pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício são classificados como recebimentos extraorçamentários, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da [Lei 4.320/1964](#).

- a) Inscrição dos Restos a Pagar Processados - R\$ 747.785,41;
- b) Inscrição dos Restos a Pagar não Processados - R\$ 5.880.619,25;
 - i. Despesas de pessoal (servidores e autoridades eleitorais): R\$ 1.198.224,92;
 - ii. Despesas correntes (serviços de tecnologia e informação, material de consumo e serviços diversos, entre eles a reformas dos Cartórios de Cruzeiro do Sul e Rio Branco): R\$ 1.455.405,74;
 - iii. Despesa de capital (equipamentos de tecnologia e informação e implantação da usina fotovoltaica): R\$ 3.226.988,59.

II – Outros Recebimentos Extraorçamentários:

Arrecadação de Outra Unidade, representa valores da arrecadação de guia de recolhimento da União, e imediatamente destinados (Dispêndios – Movimentos de Saldos Patrimoniais), em regra, ao Fundo Partidário ou à Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTA 26 – PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Correspondem aos dispêndios não previstos no orçamento, como os saldos de direitos no exercício corrente, para dispêndio no ano seguinte, e obrigações transferidas do exercício anterior, para pagamento no exercício em curso.

Dentre os saldos de maior relevância destaca-se o pagamento de restos a pagar não processados, no total de R\$ 3.996.591,71, número composto majoritariamente por despesa de capital:

- I. Pessoal: R\$ 1.618.071,25
- II. Serviços em geral: R\$ 331.534,22;
- III. Equipamentos de tecnologia e informação: R\$ 2.023.720,00;
- IV. Investimentos em geral: R\$ 23.266,24.

